

AdP - ÁGUAS DE PORTUGAL, SGPS, S.A.

**CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL
PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA
INFORMÁTICA**

(2022_130CP)

CADERNO DE ENCARGOS

MAIO de 2023

ÍNDICE

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS	3
Cláusula 1. ^a Objeto	3
Cláusula 2. ^a Contrato	3
Cláusula 3. ^a Prazo de vigência.....	4
CAPÍTULO II OBRIGAÇÕES DAS PARTES	4
Cláusula 4. ^a Obrigações do cocontratante.....	4
Cláusula 5. ^a Metodologia da prestação de serviços	5
Cláusula 6. ^a Horas contratadas	6
Cláusula 7. ^a Local da prestação dos serviços.....	6
Cláusula 8. ^a Equipa a afetar à execução do Contrato.....	7
Cláusula 9. ^a Encargos do cocontratante.....	9
Cláusula 10. ^a Dever de sigilo.....	9
Cláusula 11. ^a Tratamento de dados pessoais.....	10
Cláusula 12. ^a Conservação de dados pessoais	11
Cláusula 13. ^a Transferência de dados pessoais	12
Cláusula 14. ^a Dever de cooperação.....	12
Cláusula 15. ^a Preços máximos unitários e preço contratual.....	12
Cláusula 16. ^a Condições de pagamento	13
Cláusula 17. ^a Faturação	14
Cláusula 18. ^a Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato	14
CAPÍTULO III MODIFICAÇÃO, INCUMPRIMENTO E EXTINÇÃO DO CONTRATO	15
Cláusula 19. ^a Cessão da posição contratual e subcontratação do cocontratante	15
Cláusula 20. ^a Sanções contratuais.....	16
Cláusula 21. ^a Força maior.....	17
Cláusula 22. ^a Resolução por parte da AdP SGPS	18
Cláusula 23. ^a Resolução por parte do cocontratante	19
CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS	19
Cláusula 24. ^a Deveres de informação	19
Cláusula 25. ^a Comunicações.....	19
Cláusula 26. ^a Foro competente	20
Cláusula 27. ^a Direito aplicável e natureza do contrato	20
Cláusula 28. ^a Contagem dos prazos.....	20
ANEXO I PREÇOS MÁXIMOS UNITÁRIOS	21

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.^a

Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no(s) Contrato(s) a celebrar para a aquisição de serviços de consultoria informática.

Cláusula 2.^a

Contrato

- 1.** O Contrato integra os seguintes elementos:
 - a) Os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos e os seus anexos;
 - d) A proposta;
 - e) Os esclarecimentos prestados sobre a proposta adjudicada.
- 2.** Sem prejuízo do disposto no número seguinte, em caso de divergência entre os vários documentos que integram o contrato, a prevalência é determinada pela ordem por que vêm enunciados no número anterior.
- 3.** Os ajustamentos propostos pela **AdP SGPS** nos termos previstos no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo **Cocontratante** nos termos previstos no artigo 101.º do mesmo diploma legal prevalecem sobre todos os documentos previstos no n.º 1 da presente cláusula.

Cláusula 3.ª

Prazo de vigência

1. Sem prejuízo da manutenção das obrigações acessórias que perdurem para além da data de cessação do Contrato, este é válido por 1 (*um*) ano a contar da data da respetiva assinatura, prorrogável por períodos de 1 (*um*) ano, até ao máximo de 3 (*três*) anos ou até que os pagamentos ao **Cocontratante** perfaçam o valor máximo de **€400.000,00** (*quatrocentos mil euros*), sem IVA incluído, consoante o evento que primeiro ocorra.
2. A prorrogação da vigência do contrato, referida no número anterior, opera automaticamente se nenhuma das partes denunciar o contrato mediante notificação à outra parte por carta registada, com a antecedência mínima de 30 (*trinta*) dias em relação ao termo do contrato.

CAPÍTULO II

OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Cláusula 4.ª

Obrigações do cocontratante

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente Caderno de Encargos, constituem obrigações principais do **Cocontratante** as seguintes:
 - a) Prestar serviços de consultoria nos seguintes domínios:
 - i. Execução das atividades técnicas de parametrização e desenvolvimento na ótica da manutenção e exploração dos Módulos financeiros (FI/CO/AA/IM), módulos logísticos (MM/SD/PS/PM), Administração de Sistemas SAP e Programação ABAP;
 - ii. Execução das atividades técnicas de parametrização e desenvolvimento na ótica da manutenção e exploração dos sistemas SAP BW;
 - iii. Execução das atividades técnicas de parametrização e desenvolvimento na ótica da manutenção e exploração do Portal SAP
 - iv. Execução das atividades técnicas de parametrização e desenvolvimento na ótica da manutenção e exploração do módulo de recursos humanos (HCM);
 - v. Execução das atividades técnicas de parametrização e desenvolvimento na ótica da manutenção e exploração do SAP *Success Factors*;
 - b) Execução das atividades necessárias, no âmbito dos projetos em curso na **AdP SGPS**, destinados ao desenvolvimento e suporte aos sistemas e aplicações disponibilizadas centralmente às empresas do grupo AdP;

- c) Realizar ações de formação a colaboradores da **AdP SGPS** e das empresas do grupo AdP;
 - d) Elaborar informações e relatórios no domínio da manutenção e exploração dos sistemas Aplicacionais quando solicitado pela AdP SGPS;
 - e) Participar em reuniões com representantes da **AdP SGPS** relativas ao acompanhamento da execução do Contrato;
 - f) Comunicar antecipadamente à **AdP SGPS**, logo que tenha conhecimento, qualquer facto que torne total ou parcialmente impossível a execução do objeto do procedimento ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações nos termos do Contrato celebrado;
 - g) Recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados à execução do Contrato;
 - h) Não subcontratar, no todo ou em parte, a execução do objeto do Contrato, sem prévia autorização da **AdP SGPS**;
 - i) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do Contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
 - j) Manter sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando quaisquer informações que obtenham no âmbito da formação e da execução do Contrato, nem utilizar as mesmas para fins alheios àquela execução, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, consultores, colaboradores ou terceiros que nelas se encontrem envolvidos.
2. A título acessório, o **Cocontratante** fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 5.ª

Metodologia da prestação de serviços

1. Durante o prazo de vigência do Contrato, a **AdP SGPS**, em função das necessidades identificadas, solicita ao **Cocontratante** a prestação dos serviços objeto do presente procedimento, definindo para o efeito o período de tempo, estabelecido para a execução de trabalhos compreendidos nas alíneas a) a e) da cláusula anterior, com indicação do número de horas diárias e o perfil e o número de consultores necessários para a realização das tarefas.

2. Para efeitos do número anterior, a **AdP SGPS**, através do gestor do contrato designado, comunica ao **Cocontratante** as suas necessidades, através do endereço de correio eletrónico que vier a ser definido no Contrato, com a antecedência mínima de 8 (oito) dias úteis em relação ao termo inicial da execução dos trabalhos indicados.
3. No prazo máximo de 2 (dois) dias úteis a contar da receção da comunicação referida no número anterior o **Cocontratante** deve proceder à designação dos consultores que, em sua representação, vão executar os trabalhos solicitados pela **AdP SGPS**, bem como à indicação do número de horas diárias previstas para o efeito.
4. Analisada a comunicação recebida nos termos previstos no número anterior, a **AdP SGPS**, através do gestor do contrato designado, comunica ao **Cocontratante** o prazo estipulado para execução dos trabalhos e o número de horas diárias, bem como a data de início dos trabalhos.
5. O **Cocontratante** garante a disponibilidade dos consultores designados para a execução da prestação de serviços a partir da data de início dos trabalhos definida pela **AdP SGPS**.
6. A prestação de serviços pelos consultores designados pelo **Cocontratante** é realizada nos locais previstos na Cláusula 7.^a do presente Caderno de Encargos em blocos máximos de 8 (oito) horas por dia por cada consultor indicado, no horário diurno e em dias úteis.
7. Os trabalhos solicitados pela **AdP SGPS** nos termos do n.º I da presente cláusula consideram-se concluídos com a respetiva aceitação, que ocorre através de comunicação efetuada ao **Cocontratante** através de e-mail.

Cláusula 6.^a

Horas contratadas

A **AdP SGPS** não se encontra obrigada a contratar um número mínimo de horas durante o período de vigência do contrato ou em qualquer solicitação de prestação de serviços realizada nos termos da cláusula anterior.

Cláusula 7.^a

Local da prestação dos serviços

- I. A prestação dos serviços objeto do presente contrato será realizada na sede da **AdP SGPS**, sita na Rua Visconde de Seabra, n.º 3, em Lisboa, local onde se localiza o centro de processamento através do qual é disponibilizado o sistema SAP em regime de *Application Service Provider* (ASP) às empresas do grupo Águas de Portugal (AdP).

2. Em casos excecionais, poder-se-á verificar a necessidade da prestação de serviços a realizar implicar deslocações, para um raio de ação superior a 50 km, às instalações de empresas do grupo AdP, caso em que todas as despesas necessárias às referidas deslocações correm por conta da **AdP SGPS**.

Cláusula 8.^a

Equipa a afetar à execução do Contrato

1. O **Cocontratante** deve afetar à execução dos serviços objeto do contrato uma equipa composta por Consultores, com formação académica e profissional adequada à boa execução das tarefas a realizar com os seguintes perfis:

Perfil A:

- Consultor Funcional SAP Financeiro (FI/CO/AA/IM);
- Consultor Funcional SAP Logístico (MM/SD/PS/PM);
- Consultor Administrador de Sistemas SAP;
- Consultor Funcional SAP Recursos Humanos (HCM).

Perfil B:

- Consultor Funcional SAP ABAP;

Perfil C:

- Consultor Funcional SAP-BW;

Perfil D:

- Portal SAP;

Perfil E:

- *SAP Success Factors*;

2. O **Cocontratante** encontra-se obrigado ao cumprimento do regime previsto no artigo 419.º-A do CCP, aplicável por efeito do disposto no n.º 2 do artigo 451.º do mesmo diploma legal, pelo que todos os elementos da equipa técnica a afetar à execução da prestação de serviços devem prestar a sua atividade em regime de contrato de trabalho sem termo.
3. A equipa técnica a afetar à execução da prestação de serviços, em cada perfil, deve conter pelo menos um consultor com certificação SAP.

4. Previamente ao início da prestação de serviços, o **Cocontratante** deve identificar os elementos a afetar à execução do contrato e submeter à apreciação e aprovação da **AdP SGPS** evidência da certificação exigida no número anterior e os respetivos *curricula vitae*, por forma a comprovar a experiência mínima exigida nos termos da presente cláusula.
5. Nos termos e para os efeitos referidos no número anterior, a equipa técnica a afetar pelo cocontratante à execução da prestação de serviços deve ser constituída por consultores seniores (tipicamente K3), com a seguinte experiência mínima, por perfil:
 - a) Perfil A - experiência mínima de 5 (*cinco*) anos nas atividades de parametrização e desenvolvimento dos módulos SAP Financeiro (FI/CO/AA/IM), SAP Logístico (MM/SD/PS/PM), SAP HR (HCM), Administração de sistemas SAP;
 - b) Perfil B - experiência mínima de 5 (*cinco*) anos nas atividades de parametrização e desenvolvimento do módulo SAP ABAP;
 - c) Perfil C - experiência mínima de 5 (*cinco*) anos nas atividades de parametrização e desenvolvimento do módulo SAP BW;
 - d) Perfil D- experiência mínima de 5 (*cinco*) anos nas atividades de parametrização e desenvolvimento do módulo Portal SAP;
 - e) Perfil E - experiência mínima de 5 (*cinco*) anos nas atividades de parametrização e desenvolvimento na plataforma SAP *Success Factors* (módulos Formação, Avaliação de Desempenho e Recrutamento).
6. A **AdP SGPS** procede à análise dos *curricula vitae* e documentos comprovativos da certificação exigida, pronunciando-se sobre os mesmos no prazo de 3 (*três*) dias úteis.
7. Caso os documentos entregues não cumpram o estipulado no presente Caderno de Encargos, a **AdP SGPS** notifica o **Cocontratante** para proceder à substituição e designação de novos elementos da equipa, no prazo máximo de 5 (*cinco*) dias úteis.
8. Durante o prazo de vigência de Contrato, a **AdP SGPS** pode solicitar ao **Cocontratante** a substituição de um ou vários elementos de entre os designados para assegurar a prestação de serviços, mediante decisão justificada e comunicada com uma antecedência de 5 (*cinco*) dias em relação à data de produção de efeitos da substituição.
9. Os consultores designados pelo **Cocontratante** executarão, com observância dos prazos que lhes forem fixados, os trabalhos e tarefas que lhe forem atribuídos, sob coordenação do responsável da Direção de Sistemas de Informação da **AdP SGPS** ou outro coordenador que venha a ser nomeado, ao qual apresentarão também as conclusões e termos finais do(s) trabalho(s) realizado(s).

- 10.** Para efeitos dos números anteriores, a **AdP SGPS** disponibiliza os meios de trabalho e os computadores necessários ao desempenho das tarefas a realizar pelo(s) elemento(s) designado(s) pelo **Cocontratante**.

Cláusula 9.^a

Encargos do cocontratante

Constituem encargos do **Cocontratante**:

- a) A remuneração pelo trabalho dos elementos designados para assegurar a prestação de serviços em sua representação, de acordo com as disposições legais aplicáveis;
- b) Os encargos sociais e os prémios de seguros destinados à cobertura dos elementos designados para assegurar a prestação de serviços em sua representação, de acordo com as disposições legais aplicáveis.

Cláusula 10.^a

Dever de sigilo

- 1.** O **Cocontratante** obriga-se a não divulgar quaisquer informações e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à **AdP SGPS**, de que venha a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
- 2.** O **Cocontratante** obriga-se também a não utilizar as informações obtidas para fins alheios à execução do contrato.
- 3.** O **Cocontratante** obriga-se a remover e destruir no termo final do prazo contratual todo e qualquer registo, em papel ou eletrónico, que contenha dados ou informações referentes ou obtidas na execução do contrato e que a **AdP SGPS** lhe indique para esse efeito.
- 4.** O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 3 (três) anos após a extinção das obrigações decorrentes do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 11.ª

Tratamento de dados pessoais

1. No caso de o **Cocontratante** necessitar de aceder a dados pessoais no decurso da execução do contrato, deve fazê-lo exclusivamente na medida do estritamente necessário para integral e adequada prossecução dos fins constantes do contrato, na qualidade de subcontratante, e por conta e de acordo com as instruções da **AdP SGPS**, nos termos da legislação aplicável à proteção de dados pessoais.
2. O **Cocontratante** não pode proceder à reprodução, gravação, cópia ou divulgação dos dados pessoais para outros fins que não constem do contrato, ou para proveito próprio.
3. O **Cocontratante** deve cumprir rigorosamente as instruções da **AdP SGPS** no que diz respeito ao acesso, registo, transmissão ou qualquer outra operação de tratamento de dados pessoais.
4. O **Cocontratante** deve proceder à implementação de medidas de segurança de tratamento de dados pessoais e adotar medidas técnicas e organizativas para proteger os dados contra destruição acidental ou ilícita, perda acidental, alterações, difusão ou acesso não autorizados, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos.
5. O **Cocontratante** deve tomar as medidas adequadas para assegurar a idoneidade dos seus trabalhadores ou colaboradores, a qualquer título, que tenham acesso aos dados pessoais fornecidos pela **AdP SGPS**, ou por quem atue em representação deste.
6. As medidas a que se refere o número anterior devem garantir um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento de dados apresenta, à natureza dos dados a proteger e aos riscos, de probabilidade e gravidade variável para os direitos e liberdades das pessoas singulares.
7. O **Cocontratante** deve assegurar que o acesso aos dados pessoais é limitado às pessoas que efetivamente necessitam de aceder aos mesmos para cumprir com as obrigações impostas pelo presente contrato e que os trabalhadores, colaboradores ou subcontratados assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitos a adequadas obrigações legais de confidencialidade, sendo o cocontratante responsável pela utilização dos dados pessoais por parte dos mesmos.
8. Mediante solicitação escrita da **AdP SGPS**, o **Cocontratante** deve, no prazo de 15 (quinze) dias, informar quais as medidas tomadas para assegurar o cumprimento dos deveres referidos nos números anteriores.
9. O **Cocontratante** deve comunicar de imediato à **AdP SGPS** quaisquer reclamações ou questões colocadas pelos titulares dos dados pessoais.

- 10. O Cocontratante** encontra-se adstrito a notificar de imediato a **AdP SGPS** de qualquer monitorização, auditoria ou controlo por parte de entidades reguladoras/de supervisão de que seja objeto.
- 11. Se o Cocontratante** tomar conhecimento, ou suspeitar, de violações de dados pessoais que resultem, ou possam resultar, na destruição accidental ou não autorizada de dados, na perda, alteração, acesso ou revelação não autorizada dos dados, deve notificar, por escrito, a **AdP SGPS** disponibilizando-lhe uma descrição da violação de dados ocorrida, informando-o das categorias e número de titulares de dados afetados, das prováveis consequências da violação, assim como fornecer-lhe qualquer outra informação que a **AdP SGPS** possa razoavelmente solicitar.
- 12. Quando se verifique uma violação de dados pessoais, por causas imputáveis ao Cocontratante, este compromete-se a adotar as seguintes medidas, sem quaisquer custos adicionais para a AdP SGPS:**
- a) Tomar de imediato as medidas necessárias para investigar a violação ocorrida, identificar e prevenir a repetição dessa violação, e encetar esforços razoáveis para mitigar os efeitos dessa violação;
 - b) Desenvolver as ações necessárias para remediar a violação; e
 - c) Documentar todas as circunstâncias referentes à violação para efeitos de controlo por parte da autoridade de supervisão.
- 13. O Cocontratante** obriga-se a ressarcir a **AdP SGPS** por todos os prejuízos em que este venha a incorrer em virtude da utilização ilegal e/ou ilícita de dados pessoais, nomeadamente por indemnizações e despesas em que tenha incorrido na sequência de reclamações ou processos propostos pelos titulares dos dados, bem como por taxas, coimas e multas que tenha de pagar.
- 14. O incumprimento dos deveres estabelecidos na presente cláusula por parte do Cocontratante e a verificação de inexistência de garantias de *compliance* por parte do mesmo é fundamento de resolução do presente contrato com justa causa pela AdP SGPS, podendo implicar o dever de indemnização por eventuais violações que lhe sejam imputadas.**

Cláusula 12.^a

Conservação de dados pessoais

- 1. O Cocontratante** deve apagar e destruir os dados pessoais tratados quando os mesmos deixarem de ser necessários para a execução do contrato, e sempre em prazo não superior a um ano após a cessação do contrato que esteve na base da licitude do seu tratamento e de acordo com as instruções dadas pela **AdP SGPS**.

2. Dependendo da opção da **AdP SGPS**, o **Cocontratante** apagará ou devolverá todos os dados pessoais, depois de concluída a execução do Contrato, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo da legislação aplicável.

Cláusula 13.^a

Transferência de dados pessoais

O **Cocontratante** não pode transferir quaisquer dados pessoais para outra entidade, independentemente da sua localização, salvo autorização prévia e escrita da **AdP SGPS**, exceto se o **Cocontratante** for obrigado a fazê-lo pela legislação aplicável, ficando obrigado a informar, nesse caso, a **AdP SGPS** antes de proceder a essa transferência.

Cláusula 14.^a

Dever de cooperação

O **Cocontratante** deve cooperar com a **AdP SGPS** ou com qualquer outra empresa do Grupo AdP, mediante solicitação, designadamente nas seguintes situações:

- a) Quando um titular de dados pessoais exerça os seus direitos ou cumpra as suas obrigações nos termos da legislação aplicável, relativamente aos dados pessoais tratados pelo **Cocontratante** em representação da **AdP SGPS**;
- b) Quando qualquer das empresas do Grupo AdP deva cumprir ou dar sequência a qualquer avaliação, inquérito, notificação ou investigação da Comissão Nacional de Proteção de Dados ou entidade administrativa com atribuições e competências legais equiparáveis.

SECÇÃO II

OBRIGAÇÕES DA AdP SGPS

Cláusula 15.^a

Preços máximos unitários e preço contratual

- 1. O preço contratual não pode ser superior a 400.000,00€ (*quatrocentos mil euros*).
- 2. Os preços-máximos unitários por hora estabelecidos constam no **ANEXO I** ao Caderno de Encargos e que dele faz parte integrante, não incluindo o IVA.

3. Os preços referidos nos números anteriores incluem todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à **AdP SGPS**, incluindo todas as deslocações, ao centro de processamento em Lisboa, necessárias à execução dos serviços a contratar.
4. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a **AdP SGPS** deve pagar ao cocontratante o produto das horas prestadas pelos preços unitários definidos para cada perfil de consultor na proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

Cláusula 16.^a

Condições de pagamento

1. O valor de cada uma das faturas mensais corresponde ao produto das horas de prestação de serviços asseguradas pelo **Cocontratante** no mês ou meses anteriores e aceites pela **AdP SGPS**, multiplicado pelos preços unitários por hora indicados para cada perfil de consultor na proposta adjudicada.
2. As quantias devidas nos termos da cláusula anterior devem ser pagas no prazo de 30 (*trinta*) dias após a receção das correspondentes faturas.
3. Para efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a aceitação dos trabalhos desenvolvidos.
4. Em caso de discordância por parte da **AdP SGPS** quanto aos valores indicados nas faturas, esta deve comunicar, por escrito, ao **Cocontratante**, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.
5. A falta de pagamento dos valores contestados pela **AdP SGPS** não vence juros de mora nem justifica a suspensão das obrigações contratuais do **Cocontratante**, devendo, no entanto, a **AdP SGPS** proceder ao pagamento da importância não contestada.
6. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto nos n.ºs 1 a 2, as faturas são pagas através de transferência bancária para a instituição de crédito indicada pelo **Cocontratante**.
7. No caso de suspensão da execução do contrato e independentemente da causa da suspensão, os pagamentos ao **Cocontratante** serão automaticamente suspensos por igual período.

Cláusula 17.^a

Faturação

1. As faturas a apresentar pelo **Cocontratante** à **AdP SGPS** devem conter os elementos necessários a uma completa, clara e adequada compreensão dos valores faturados, os quais devem ser apresentados de forma desagregada.
2. A faturação deve acompanhada da informação relativa aos serviços previstos no presente Caderno de Encargos prestados durante o período de faturação e aceites;
3. As faturas eletrónicas a emitir pelo **Cocontratante** devem ser enviadas para o Portal FE-AP, de receção de documentos em formato eletrónico (EDI), sistema suportado pela empresa eSPap – Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P..
4. Caso o **Cocontratante** não tenha ainda aderido ao portal referido no número anterior deve efetuar os seguintes passos:
 - a) Consultar a informação sobre a fatura eletrónica em <https://www.espap.gov.pt/spfin/Paginas/spfin.aspx#maintab> .
 - b) Consultar a informação específica do processo de adesão dos fornecedores <https://www.espap.gov.pt/spfin/onboarding/Paginas/onboarding%20de%20Fornecedores.aspx#maintab1> .
 - c) Preencher o formulário de adesão: https://pt.surveymonkey.com/r/FE-AP_CIU5 .
5. Em caso de incumprimento dos termos de faturação resultante de facto não imputável à **AdP SGPS**, não acrescem quaisquer juros de mora.
6. As faturas eletrónicas devem cumprir o estabelecido na versão em vigor do documento “Águas de Portugal - Manual de Boas Práticas - Faturação Eletrónica Inbound (Fornecedores)”, disponível em https://www.adp.pt/downloads/file427_pt.pdf

SECÇÃO III

ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 18.^a

Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato

1. A execução do contrato é permanentemente acompanhada pelo gestor do contrato designado pela **AdP SGPS**, a identificar no contrato.
2. No exercício das suas funções, o gestor do contrato pode acompanhar, examinar e verificar, presencialmente, a execução do contrato pelo **Cocontratante**.

3. Caso o gestor do contrato detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, comunica-os, de imediato, ao órgão competente, propondo em relatório fundamentado as medidas que, em cada caso, se revelem adequadas à correção dos mesmos.
4. O desempenho das funções de acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato não exime o **Cocontratante** de responsabilidade por qualquer incumprimento ou cumprimento defeituoso das suas obrigações.

CAPÍTULO III

MODIFICAÇÃO, INCUMPRIMENTO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 19.^a

Cessão da posição contratual e subcontratação do cocontratante

1. Além da situação prevista na alínea a) do n.º I do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos, o **Cocontratante** pode ceder a sua posição contratual, na fase de execução do contrato, mediante autorização da **AdP SGPS**.
2. Para efeitos da autorização a que se refere o número anterior, o **Cocontratante** deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com os documentos previstos no n.º 2 do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos.
3. A **AdP SGPS** deve pronunciar-se sobre a proposta do **Cocontratante** no prazo de 30 (*trinta*) dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruída, considerando-se o referido pedido rejeitado se, no termo desse prazo, o mesmo não se pronunciar expressamente.
4. Em caso de incumprimento, pelo **Cocontratante**, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, a **AdP SGPS** pode determinar que o **cocontratante** ceda a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato em execução, que venha a ser indicado pela **AdP SGPS**, pela ordem sequencial daquele procedimento.
5. A subcontratação pelo **cocontratante** depende de autorização da **AdP SGPS**, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 20.^a

Sanções contratuais

- I. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do Contrato, a **AdP SGPS**, pode exigir do **Cocontratante** o pagamento de sanções contratuais, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, designadamente:
 - a) Pelo incumprimento do prazo para a execução de trabalhos compreendidos nas alíneas a) a e) da cláusula anterior definido pela **AdP SGPS** nos termos do n.º 4 da Cláusula 5.^a do presente Caderno de Encargos, de valor compreendido entre 0,1% a 1,0% do valor máximo do preço contratual indicado no n.º 2 da Cláusula 3.^a, por cada dia de atraso;
 - b) Pelo incumprimento do prazo fixado para a indicação dos consultores que vão executar os trabalhos solicitados pela **AdP SGPS**, conforme previsto no n.º 3 da Cláusula 5.^a do presente Caderno de Encargos, de montante compreendido entre € 20,00 (*vinete euros*) e € 400,00 (*quatrocentos euros*), por cada dia de atraso;
 - c) Pelo incumprimento da data de início de execução dos trabalhos, por cada consultor indicado pelo Contratante para a execução de trabalhos compreendidos na prestação de serviços, conforme previsto no n.º 4 da Cláusula 5.^a do presente Caderno de Encargos, entre € 30,00 (*trinta euros*) e € 300,00 (*trezentos euros*), por cada dia de atraso.
 - d) Pelo incumprimento do prazo relativo à substituição de cada consultor designado solicitada pela **AdP SGPS**, nos termos do n.º 8 da Cláusula 8.^a do presente Caderno de Encargos, de montante compreendido entre € 50,00 (*cinquenta euros*) e € 500,00 (*quinhentos euros*), por cada dia de atraso.
2. Na determinação da gravidade do incumprimento, a **AdP SGPS** tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do **Cocontratante** e as consequências do incumprimento.
3. O valor acumulado das sanções contratuais previstas no número anterior não pode exceder 20% (*vinete por cento*) do preço contratual.
4. Nos casos em que seja atingido o limite previsto na cláusula anterior e a **AdP SGPS** decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30% (*trinta por cento*).
5. A **AdP SGPS** pode compensar o valor das sanções contratuais devidas nos termos da presente cláusula nos pagamentos devidos ao **cocontratante**.

6. As sanções contratuais previstas na presente cláusula não obstam a que a **AdP SGPS** possa exigir uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 21.^a

Força maior

1. Não podem ser impostas sanções contratuais ao **Cocontratante**, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.
2. Para efeitos do contrato, só são consideradas de força maior as circunstâncias que, cumulativamente e em relação à parte que as invoca:
 - a) Impossibilitem o cumprimento das obrigações emergentes do contrato;
 - b) Sejam alheias à sua vontade;
 - c) Não fossem por ela conhecidas ou previsíveis à data da celebração do contrato; e
 - d) Não lhe seja razoavelmente exigível contornar ou evitar os efeitos produzidos por aquelas circunstâncias.
3. Não constituem força maior, designadamente, quando aplicáveis:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do **Cocontratante**, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do **Cocontratante** ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória, ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo **Cocontratante** de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo **Cocontratante** de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do **Cocontratante** cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do **Cocontratante** não devidas a sabotagem;

- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A parte que invocar caso de força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, logo após a sua ocorrência, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais.
5. A suspensão, total ou parcial, do cumprimento pelo **Cocontratante** das suas obrigações contratuais fundada em força maior, por prazo superior a 30 (*trinta*) dias, autoriza a **AdP SGPS** a resolver o contrato ao abrigo do n.º I do artigo 335.º do Código dos Contratos Públicos, não tendo o cocontratante direito a qualquer indemnização

Cláusula 22.^a

Resolução por parte da AdP SGPS

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a **AdP SGPS** pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o **Cocontratante** violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. A **AdP SGPS** pode resolver o contrato designadamente nos seguintes casos:
- a) Atraso, total ou parcial, na realização de uma tarefa ou trabalho solicitado no âmbito da prestação dos serviços objeto do contrato superior a três semanas ou declaração escrita do **Cocontratante** de que o atraso em determinada prestação excederá esse prazo;
 - b) Uma mesma tarefa ou trabalho seja desenvolvido mais do que três vezes pelo **Cocontratante** incumprindo as características, especificações e requisitos técnicos da boa arte, bem como, outros requisitos exigidos por lei.
3. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao **Cocontratante** e não implica a repetição das prestações já realizadas pelo mesmo nos termos previstos no presente caderno de encargos, a menos que tal seja expressamente determinado pela **AdP SGPS**.
4. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do **Cocontratante** pode ser-lhe exigida uma sanção pecuniária de até 20% (*vinete por cento*) do preço contratual.
5. Ao valor da pena referida no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo **Cocontratante** ao abrigo da Cláusula 20.^a relativamente aos serviços objeto do contrato cujo incumprimento tenha determinado a respetiva resolução sancionatória.

6. O disposto no n.º 4 não prejudica o direito de indemnização nos termos gerais, não obstante a que a **AdP SGPS** exija uma indemnização pelos danos excedentes.

Cláusula 23.ª

Resolução por parte do cocontratante

1. O **Cocontratante** pode resolver o contrato com os fundamentos previstos no artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos.
2. Salvo na situação prevista na alínea c) do n.º I do artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos, o direito de resolução é exercido por via judicial.
3. A resolução do contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo **Cocontratante**, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 24.ª

Deveres de informação

1. Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo de 15 (*quinze*) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deverá informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

Cláusula 25.ª

Comunicações

1. Salvo quando o contrário resulte do contrato, quaisquer comunicações entre a **AdP SGPS** e o **Cocontratante** relativas ao contrato devem ser efetuadas através de carta registada com aviso de

recepção ou por correio eletrónico, para os contatos a identificar no contrato.

2. Qualquer comunicação feita por carta registada é considerada recebida na data em que for assinado o aviso de recepção ou, na falta dessa assinatura, na data indicada pelos serviços postais.
3. Qualquer comunicação feita por correio eletrónico é considerada recebida na data constante do respetivo recibo de recepção e leitura remetido pelo recetor ao emissor.

Cláusula 26.^a

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com renúncia expressa a qualquer outro.

Cláusula 27.^a

Direito aplicável e natureza do contrato

O contrato rege-se pelo direito português e tem natureza administrativa.

Cláusula 28.^a

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no presente caderno de encargos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, aplicando-se à contagem dos prazos as demais regras constantes do artigo 471.º do Código dos Contratos Públicos.

ANEXO I

PREÇOS MÁXIMOS UNITÁRIOS

Perfil	Preço máximo unitário (€/hora)
Perfil A - Consultor Funcional SAP Financeiro, Logístico, Recursos Humanos e Administrador SAP	50,00 (cinquenta euros)
Perfil B - Programador ABAP	50,00 (cinquenta euros)
Perfil C - Consultor BW	50,00 (cinquenta euros)
Perfil D - Consultor portal SAP	50,00 (cinquenta euros)
Perfil E - Consultor <i>Success Factors</i>	50,00 (cinquenta euros)